

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.429.746 - SP (2019/0009689-6)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
AGRAVANTE : N DE O L
ADVOGADO : FÁBIO MELMAM E OUTRO(S) - SP256649
AGRAVADO : M A L
ADVOGADO : FABIANA SOARES COSTA E OUTRO(S) - SP166524
INTERES. : N DE O L
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por N DE O L contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

ALIMENTOS. Exoneração. Sentença que reduziu os alimentos devidos à ex-esposa de R\$4.000,00 para R\$2.500,00. Recurso do alimentante voltado à exoneração da verba alimentar. Recurso adesivo da alimentada pleiteando a manutenção dos alimentos em R\$4.000,00. Exoneração da verba alimentar. Possibilidade. Observância do caráter excepcional e transitório dos alimentos devidos entre ex-cônjuges, que apenas podem ser fixados por tempo indeterminado em caso de comprovação de incapacidade total e permanente para o trabalho ou impossibilidade de reinserção no mercado de trabalho. Jurisprudência do c. STJ. Ex-esposa que auferে renda de proventos do INSS, de sua profissão como fisioterapeuta, possui patrimônio e reservas em dinheiro. Continuidade da obrigação alimentar que se demonstra indevida. Exoneração deferida. Entretanto, interrupção abrupta dos alimentos não se mostra razoável. Alimentos fixados em R\$2.500,00 e mantidos por mais 6 meses após a data de publicação desta decisão. Recurso do alimentante provido e recurso adesivo da alimentada desprovido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao disposto nos arts. 1.694, § 1º, 1.699 e 1.709, do CC; 373 do CPC de 2015.

Alega, em síntese, que o recorrido não comprovou a alteração de sua situação financeira, nem na situação financeira da ora agravante. Aduz que, mesmo com o novo casamento do ora agravado, a obrigação não se extingue. Ressalta que o recorrido não comprovou os fatos constitutivos de seu direito.

É o relatório. DECIDO.

2. O Tribunal local, ao dar provimento ao recurso para exonerar o ora agravado do dever de prestar alimentos à ex-cônjuge, assim consignou:

E, conforme entendimento esposado pelo c. STJ, a fixação de pensão alimentícia entre ex-cônjuges é medida excepcional, somente devendo perdurar por tempo suficiente para que haja a recolocação do

alimentado no mercado de trabalho, sendo que apenas podem ser fixados por tempo indeterminado em caso de comprovação de incapacidade total e permanente para o trabalho ou impossibilidade absoluta de reinserção no mercado de trabalho. Vejamos:

[...].

No caso, a apelada, nascida em 12.07.1948 (fls. 11), atualmente com 69 anos de idade, se casou com o alimentante em 10.04.1986 e se divorciou em 18.09.2007 (fls. 11/12), sendo fixada pensão alimentícia a seu favor no montante de R\$4.000,00 (fls. 92/94).

Contudo, o alimentante, alegando que a alimentada não mais faria jus ao recebimento dessa assistência, entrou com ação postulando a exoneração dos alimentos, julgada parcialmente procedente apenas para reduzir o valor devido a esse título, o que se examina, a partir da insurgência das partes.

Pois bem.

Em que pese o brilhantismo habitual do MM. Juiz, não agiu com o costumeiro acerto.

Isso, pois, não foi observado o caráter excepcional e transitório dos alimentos devidos entre ex-cônjuges.

De acordo com a declaração de imposto de renda da alimentada (fls. 132/140) durante o ano calendário de 2015 ela recebeu (i) R\$24.403,11 anuais a título de proventos do INSS; (ii) R\$81.997,39 anuais a título de rendimentos da empresa ESPAÇO MOLIME FISIOTERAPIA LTDA; e (iii) R\$1.800,00 a título de diárias de ajuda de custo do CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA, além de possuir imóvel em Planalto Paulista no valor de R\$523.619,68, ter adquirido veículo no valor de R\$54.100,00 e declarado possuir R\$120.000,00 em dinheiro.

Como despesas mensais, a alimentada elenca, entre outros, (i) pagamento a empregado doméstico no valor líquido de R\$1.911,00 (fls. 155); (ii) financiamento, IPVA e seguro de seu veículo (fls. 157/159); e (iii) gastos com pet shop (fls. 163/165).

Logo, da análise desses documentos, é possível inferir que a alimentada, além de receber proventos do INSS, exerce profissão de fisioterapeuta, daí auferindo rendimentos mais expressivos do que o que lhe é pago pelo alimentante a título de pensão alimentícia, verba que, ao que aparenta, é dispensável para a sua subsistência. Aliás, para justificar a continuidade dos alimentos, informa gastos supérfluos e dispensáveis.

A alimentada também não alegou ser portadora de nenhuma moléstia grave que a faça necessitar de cuidados especiais não suportados pelo plano de saúde que mantém, o que orienta concluir ser plenamente apta para prover sua própria subsistência, não possuindo, portanto, necessidade no recebimento de alimentos de seu ex-marido.

Todavia, considerando o caráter alimentar da verba, que vem sendo prestada desde o divórcio do ex-casal, a exoneração do dever de pagamento não pode ocorrer de forma abrupta, para não significar o comprometimento de gastos e despesas contraídas ao longo do tempo.

Diante disso, reformo a r. sentença para mantidos os alimentos no montante de R\$2.500,00, observando os critérios de correção monetária estipulados, determinar seu termo final em 6 meses, a partir da data de publicação desta decisão.

Assim, nota-se que o Tribunal local decidiu em consonância com a jurisprudência do STJ, no sentido de que, entre ex-cônjuges, a obrigação de prestar

alimentos assume caráter excepcional, de maneira que na hipótese de serem devidos, a prestação deve ser transitória, apenas pelo prazo necessário e suficiente para sua reinserção no mercado de trabalho ou com a sua autonomia financeira.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL E ALIMENTOS TRANSITÓRIOS. AGRAVO INTERNO. INOVAÇÃO, EM SEDE DE AGRAVO INTERNO. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO RESTABELECENDO O DECIDIDO NA SENTENÇA. NÃO SIGNIFICA RESTABELECIMENTO DA SENTENÇA, PARA SUBSTITUIÇÃO DA DECISÃO DESTA CORTE, PELA SENTENÇA.

1. No tocante à tese de que a exoneração da obrigação alimentar deve retroagir à data citação, não comporta nem mesmo exame, pois é bem de ver que cuida-se de patente inovação, visto que, no recurso especial é requerido, expressamente, tão somente o restabelecimento da decisão de primeira instância - que não previu a exoneração da obrigação, conforme o ora postulado.

2. Entre ex-cônjuges ou ex-companheiros, desfeitos os laços afetivos e familiares, a obrigação de pagar alimentos é excepcional, de modo que, quando devidos, ostentam, ordinariamente, caráter assistencial e transitório, persistindo apenas pelo prazo necessário e suficiente a propiciar o soerguimento do alimentado, para sua reinserção no mercado de trabalho ou, de outra forma, com seu autossustento e autonomia financeira. (REsp 1454263/CE, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16/04/2015, DJe 08/05/2015)

3. A afirmação de restabelecimento da sentença - que exonerou o ora recorrente da obrigação alimentar -, evidentemente, não significa a substituição da decisão desta Corte pela sentença.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 833.448/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/09/2016, DJe 07/10/2016)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. FAMÍLIA. ALIMENTOS PRESTADOS A EX-CÔNJUGE. OBRIGAÇÃO EXCEPCIONAL. PRAZO INDETERMINADO. EXCEÇÃO. ALTERAÇÃO NO BINÔMIO NECESSIDADE/POSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR. SÚMULA 83/STJ.

1. O pedido de revisão do valor fixado a título de alimentos pressupõe necessariamente a análise dos requisitos relativos à necessidade do alimentando e possibilidade do alimentante, o que demanda o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, inviável diante do óbice da Súmula 7 do STJ.

2. O Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência no sentido de que a obrigação de pagar alimentos entre ex-cônjuges é excepcional, de modo que, quando devidos, devem persistir apenas pelo prazo necessário para a reinserção no mercado de trabalho ou autonomia financeira do alimentado. As exceções a esse entendimento, caso em que os alimentos entre ex-cônjuges devem ser fixados por prazo indeterminado, ocorrem nas hipóteses em que o ex-parceiro alimentado não dispõe de reais condições de reinserção no

mercado de trabalho e de readquirir sua autonomia financeira ou quando conta com problemas graves de saúde.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1537060/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 01/09/2015, DJe 09/09/2015)

CIVIL E PROCESSO CIVIL. ALIMENTOS DEVIDOS AO EX-CÔNJUGE. PEDIDO DE EXONERAÇÃO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INEXISTÊNCIA. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO.

1. Ação de exoneração de alimentos distribuída em 11/12/2003, da qual foi extraído o presente recurso especial, concluso ao Gabinete em 02/12/2013.

2. Cinge-se a controvérsia a determinar se o recorrente deve ser exonerado da pensão paga a sua ex-cônjuge, desde a época da separação, ocorrida há mais de 18 anos, tendo em vista que a recorrida encontra-se vivendo e trabalhando no exterior.

3. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há falar em violação do art. 535, II, do CPC.

4. A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de súmula, dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.

5. Os alimentos devidos entre ex-cônjuges não podem servir de fomento ao ócio ou ao enriquecimento sem causa. Por isso, quando fixados sem prazo determinado, a análise da pretensão do devedor de se exonerar da obrigação não se restringe à prova da alteração do binômio necessidade-possibilidade, mas deve agregar e ponderar outras circunstâncias, como a capacidade potencial do alimentado para o trabalho e o tempo decorrido entre o início da prestação alimentícia e a data do pedido de desoneração.

6. Particularmente, impõe-se a exoneração da obrigação alimentar tendo em vista que a alimentada está trabalhando, embora tenha afirmado que o valor recebido em contrapartida é insuficiente à própria manutenção, sendo, ademais, relevante o fato de que a obrigação de prestar alimentos, correspondentes a doze salários mínimos, subsiste há mais de dezoito anos, tempo esse suficiente e além do razoável para que ela pudesse se restabelecer e seguir a vida sem o apoio financeiro do ex-cônjuge.

7. Recurso especial conhecido e provido.

(REsp 1396957/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/06/2014, DJe 20/06/2014)

Desse modo, estando o acórdão recorrido em conformidade com a jurisprudência do STJ, incide a Súmula 83 do STJ, impedindo o conhecimento do recurso por ambas as alíneas.

3. Outrossim, para acolhimento das razões contidas no apelo extremo, seria imprescindível derruir as afirmações contidas no *decisum* atacado, o que, forçosamente, ensejaria rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula n. 7 deste Superior Tribunal de Justiça, motivo pelo qual é manifesto o

descabimento do recurso especial.

A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes desta Corte Superior:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE DIVÓRCIO. ALIMENTOS. EX-CÔNJUGE. NECESSIDADE NÃO COMPROVADA. SÚMULA 7/STJ. DANO MORAL. INFIDELIDADE CONJUGAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. SÚMULA 7/STJ.

1. O acórdão indeferiu a fixação de alimentos em favor de ex-cônjuge, visto que não há provas da necessidade de auxílio financeiro. Nesse contexto, a alteração desse entendimento, como pretendido, demandaria novo exame do acervo fático-probatório, o que é vedado pela súmula 7 do STJ.

2. A revisão do acórdão recorrido, que afasta a existência de danos morais em razão da infidelidade conjugal, pois ausente a intenção do ex-cônjuge de lesar ou ridicularizar o cônjuge traído, demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, providência inviável em sede especial, diante do óbice da Súmula 7 do STJ.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp n. 566.277/MG, Relator Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 6/11/2014, DJe 14/11/2014.)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. BINÔMIO NECESSIDADE/POSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVA.

1. Inviável a análise do recurso especial quando dependente de reexame de matéria fática da lide (Súmula 7 do STJ).

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 320.405/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 24/03/2015, DJe 07/04/2015)

DIREITO CIVIL. AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. AGRAVO REGIMENTAL. BINÔMIO NECESSIDADE/POSSIBILIDADE. NÃO ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES FINANCEIRAS. SÚMULA N. 7/STJ.

1. Alterar as conclusões do acórdão proferido pelo Tribunal de origem, em sede de ação de exoneração de alimentos, acerca das modificações na configuração do binômio necessidade/possibilidade implica necessariamente o revolvimento de fatos e provas dos autos. Incidência da Súmula n. 7 do STJ.

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 383.646/DF, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/02/2014, DJe 17/02/2014)

4. Por fim, impõe-se anotar que a incidência da Súmula 7/STJ prejudica o exame do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional. Nesse sentido: REsp 1.086.048/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, julgado em 21/06/2011, DJe de 13/09/2011; EDcl no Ag 984.901/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 16/03/2010, DJe de 05/04/2010; AgRg no REsp 1.030.586/SP, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 30/05/2008,

DJe de 23/06/2008.

5. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator

